

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, na sala virtual – via Google Meet, teve início a **5ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social - CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. Após a apresentação dos membros e participantes, o Sr. João Luiz Paste, coordenador interino da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate do item de pauta da reunião extraordinária, conforme descrito a seguir.

Participantes da 5ª Reunião Extraordinária da CT-PDCS – Dia: 22/04/21 – Horário: 16h09 às 18h06.

Ana Carolina Maciel (Renova), Chander de Freitas (AGERH), Claryssa Almeida (SEDESE), Iara Morena (Renova), João Luiz Paste (IJSN), Juliana Pinto (Renova), Lorena Gontijo (SEPLAG/Comitê Gestor Pró-Rio Doce), Manoela Carvalho (SEPLAG/Comitê Gestor Pró-Rio Doce), Margareth Saraiva (SEAMA), Mariana Melo (Renova), Marta Zorzal (UFES), Milena Paraiso (SEAMA), Paula Vieira (Renova), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Soraya Benetti (FLACSO), Taís Santos (ATI ASPERQD), Verônica Coutinho (SEGOV/MG) e Walquíria Soares (IEMA).

1) Discussão do Documento de Definição do PG 35.

Discussão

Em cumprimento ao estabelecido no item b da Deliberação CIF nº 465, João Paste deu início à reunião da CT-PDCS com a equipe da FR responsável pelo Programa de Informação para a População - PG 35. João mencionou que havia um conjunto de proposições que diferenciavam a proposta de revisão do PG, apresentada em dezembro pela FR, após a realização das oficinas, e das validações internas, com alterações em pontos bem específicos, dentre eles: o objetivo geral do programa, os objetivos específicos do programa, a exclusão de um dos processos que compõem o Programa, os indicadores, o critério de encerramento, o cronograma e os custos do programa e a identidade dos espaços fixos, cuja proposta foi enviada pela FR à CT na última semana. Solicitou que a FR apresentasse as justificativas relativas às alterações, as quais causam retrocessos, no entendimento da CT, quanto ao escopo aprovado do programa. João expôs que o objetivo na versão aprovada pelo CIF é bem mais amplo, com uma redação longa, e que na proposta apresentada em dezembro de 2020, o objetivo foi reduzido, empobrecido, com palavras-chaves excluídas, com reflexos inclusive na denominação e identidade do CIT, que estão em construção; que, relativamente aos aspectos da salvaguarda das memórias, a versão proposta para o Objetivo do Programa apresenta significativa alteração, frente a toda a construção acumulada, desde a Nota Técnica nº 16/2019/CT-PDCS/CIF. Iara Morena disse que a intenção da equipe não foi o empobrecimento e sim fazer um texto um pouco mais sucinto referente a esse objetivo, mas que poderiam rever alguns pontos. Salientou que em outros pontos precisaram de fato ser enfáticos por conta de questionamentos que vinham sofrendo, por exemplo, com a questão da memória; que entendem que o PG 35 tem uma interface e tem como fonte as memórias e as histórias sobre o que aconteceu, sobre o rompimento e o processo de reparação, mas que a equipe foi questionada pela governança interna da FR, quanto à sobreposição de objetivos do PG 35 e do PG 12; que não retiraram a memória do escopo de atuação do PG 35, mas retiraram do objetivo específico, pensando em minimizar a interpretação de que o PG 35 teria uma sobreposição de atuação com o PG 12; que de fato entendem que o PG 12 oferece conteúdo para o PG 35, mas que ele não substitui o PG 12. Margareth Saraiva disse que seria interessante a CT conhecer o escopo do PG 12. Ana Carolina ressaltou que a centralidade do escopo do programa, segundo as análises técnicas que foram feitas, não pode se dar no aspecto da memória; que o PG 12 contribui no processo de construção desse escopo e que ele é uma forte atuante dentre os programas de interface, mas que a preocupação colocada foi em relação à centralidade, para que não fujam do escopo e da análise do TTAC, do que cabe ao PG 35; que no documento não deixaram de considerar o aspecto memória, mas também avaliaram sobre o ponto de vista de escopo do programa aquilo que poderia ter esse sombreamento. A Prof.^a Marta Zorzal concordou com a colocação feita por Margareth e acrescentou que não concorda que exista um sombreamento tão grande entre o PG 12 e o PG 35 na questão das memórias, pois são públicos e linguagens muito diferentes. Outro aspecto ressaltado pela Prof.^a Marta foi a exclusão da referência à atividade minerária do objetivo do programa, tendo em vista que o rompimento

Discussão

está atrelado à atividade minerária e a exacerbação do processo de exploração mineraria, e que, portanto, deve continuar constando no objetivo do programa, pois faz parte da memória, e traz a evidência do porquê existe a reparação. João disse que a interface dos programas deve ser incentivada e explorada. Ana Carolina disse que não havia problemas em retornar com o termo atividade minerária para o objetivo do programa. João evidenciou que não fazia sentido na revisão do escopo do programa, com base na cláusula nº 203 do TTAC, a redução do que já foi pactuado e que consta no escopo aprovado, a exemplo dos cuidados com as memórias. Verônica Coutinho mencionou que estranhava a redução dos termos no escopo do programa; perguntou qual tinha sido a conclusão, após estudo do escopo dos dois programas, para confirmar esse sombreamento mencionado pela equipe da FR; e partilhou que a expressão memória no PG 35 deve permanecer no objetivo do programa, pois não entendia como negativa essa sobreposição. Iara explicou que não conhece a fundo o PG 12, mas disse que ele tem algumas especificidades, como a interface; que o objetivo do PG 35 não é buscar a memória cultural da comunidade; e que entende que essa sobreposição não seria interessante, mas sim o destaque nas interfaces. A Prof.^a Marta partilhou o entendimento de que o PG 12 fará os diagnósticos, os levantamentos, a coleta de informações sobre a cultura local, o modo de vida, a reparação, e que o PG 35 irá salvaguardar toda a produção, através do CIT, que será o repositório das memórias coletadas através do PG 12, e que, portanto, não há sobreposição nisso; e que a equipe deveria explicitar e esclarecer no texto as fontes das memórias do PG 35. João questionou à FR se havia consenso quanto à necessidade de registro no objetivo do Programa de Informação para a População, que ele cuide do resgate da memória e dos modos de vida das comunidades atingidas, mantendo o que está no escopo do programa aprovado pelo CIF no início de 2020, versão apresentada pela FR em 13 de janeiro de 2020. Ana Carolina disse que precisava de um tempo para análise e retornará à CT. Iara relatou que no planejamento para as oficinas de descentralização e itinerância estão previstas oficinas, ao longo de toda bacia, para coleta de histórias e memórias, para as pessoas falarem sobre seus modos de vida, para ser compartilhado via repositório do CIT; que só precisam deixar bastante delimitado que um objetivo não invada o outro, enquanto programa. João solicitou que fossem registradas as solicitações para retorno à CT, quanto à explicitação das questões citadas como importantes no objetivo do escopo do programa, dentre elas: a atividade minerária, a questão da memória e os registros dos modos de vida. João pontuou que os objetivos específicos do programa sofreram algumas variações entre o escopo aprovado do programa, o relatório da oficina de revisão e a proposta de revisão do programa apresentado em dezembro. Iara relatou que para a construção dos objetivos específicos seguiram a mesma linha dos ajustes do objetivo geral, com a elaboração de um texto mais sucinto, mas que estavam abertos para ajustes. João mencionou que no objetivo específico do escopo aprovado consta repositório de informações e preservação das memórias culturais técnicas e científicas, objetivo construído em consenso na oficina de revisão do programa, sendo alterado para repositório de informações técnicas científicas e culturais, excluindo novamente a palavra memórias culturais; que a participação e o que foi construído nas oficinas sempre serão pontos de muita importância para a CT. Iara afirmou que farão ajustes nos objetivos específicos à luz dos ajustes do objetivo geral do programa. João relatou que escopo aprovado, mantido na oficina de revisão, o Programa é composto por um projeto e por três processos, e que na proposta de revisão apresentada, após avaliação interna realizada pela FR, foi excluído o processo de funcionamento da Curadoria. Iara disse que o entendimento não foi retirar a Curadoria como processo, pois a Curadoria será mantida no órgão do Colegiado de Curadoria. Considerando que o processo do repositório está em curso, Iara solicitou o agendamento de uma reunião com a CT, para avanços no processo da Curadoria. Com relação aos indicadores, João citou que o programa aprovado não contém a aprovação de indicadores, mas que na oficina de revisão surgiram indicadores muito interessantes, mas que na proposta de revisão apresentada houve revisão redução desses indicadores. João solicitou a volta dos indicadores tratados como consensos na oficina de revisão do PG. Iara disse que podem resgatar os indicadores trabalhados na oficina para identificar a aplicabilidade dos mesmos, pois de fato ainda não foi feita uma discussão dos indicadores com a CT, mesma forma como feito para os indicadores no PG 06; que a equipe também tem a sensação de que esses indicadores são insuficientes; e que tem processos que não estão mapeados, na perspectiva da produção de indicadores. Ana Carolina disse que assim que finalizarem os levantamentos e simulações, a proposta de indicadores será enviada para a CT. Ana Carolina avaliou que os indicadores não estavam insuficientes somente para mensuração do processo de construção coletiva, mas para o próprio trabalho do programa. A CT reafirmou que o item Indicadores e Metas precisava ser reforçado para a avaliação da proposta apresentada. Em relação à alteração do critério de encerramento do programa, que passaria a ser dezembro de 2026, Ana

<p>Discussão</p>	<p>Carolina disse que essa discussão está na governança interna. João salientou que a CT aguarda resposta, com reconsideração sobre o critério de encerramento do programa, por ser inaceitável a proposição indicada na proposta de revisão do programa; que outros programas com encerramento vinculado à assinatura do TTAC já tiveram seus prazos ajustados, a exemplo do PG 36 e do PG 26; que a alteração reflete no custo total do programa e reiterou a necessidade de apresentação de planilha de despesas realizadas, sendo este um item descumprido da Deliberação CIF nº 437, para envio e anuência do CIF, por ser um programa compensatório. Sobre a proposta de identidade e denominação do CIT, encaminhada pela FR no dia 15/04, João resgatou que foram realizadas oficinas sobre a identidade, que houve a contratação de agência pela FR, com a execução de despesas para esses processos, e que a proposta entregue foi avaliada pela CT como insuficiente, por não refletir os resultados daqueles processos. Iara apresentou o documento com a proposta técnica para a identidade visual do CIT em PPT e contextualizou brevemente como foi esse processo de construção da identidade, mediado por um profissional da área de design e disse que mantiveram o que foi produzido nas oficinas realizadas. Iara disse que fizeram o ajuste no nome sugerido, de CIM para CIT, trazendo a perspectiva de reforçar a relação com o PG 35, como informação técnica, trazendo a ideia de marcar a especificidade do programa, de maneira a não ter a conclusão de sobreposição com a questão da memória; e que foi também um processo de análise da própria governança interna. A Prof.^a Marta Zorzal perguntou por que o nome que foi definido na oficina não pode ser o nome para registro do CIT. Iara respondeu que a preocupação de deixar o nome da memória estampada no nome do CIT é de não ter de fato uma sobreposição, tendo em vista o que foi discutido no item objetivo do programa. A Prof.^a Marta Zorzal concluiu que parece ser uma ideia muito forte da FR, de apagar a memória; que parece que memória seja uma palavra pesada, e que o conselho curador, VALE, Samarco e a BHP Billiton, não querem assumir; que a palavra memória incomoda, por isso a dificuldade dessas instâncias superiores aceitarem essa palavra; que não é uma palavra de trânsito fácil; que avalia que a ideia de que o PG 12 vai tratar da memória e que irá fazer sombra no PG 35, não é bem por aí, tem outras razões por detrás dessa razão; que de fato não faz sombra; que essa questão está presente em toda linha de marketing da FR, pois ela não faz questão de dizer que está reparando um desastre causado pela mineração, em momento nenhum. Rafael Mantarro disse que participou das oficinas e enfatizou que toda a dinâmica, os exercícios propostos e as imagens desenhadas, por todos os participantes nas oficinas, foram conduzidos em cima da palavra memória; que o símbolo desenhado para representar o Centro de Memórias não condiz com o nome Centro de Informações Técnicas; e que a FR mudou todo o conceito do que foi construído dentro das oficinas. João solicitou que a FR considere a condição de uma reconstrução dos itens não esgotados através de um consenso, para que não haja a necessidade de dar ciência ao CIF destes itens sem consensos ou à judicialização dos mesmos. Ana Carolina disse que entende a preocupação da CT, como também da governança interna em demarcar o CIT como uma entrega vinculada ao TTAC. A Prof.^a Marta Zorzal contextualizou brevemente sobre a identidade do CIT, exemplificando que a equipe da FR, poderia manter a entrega com a marca CIT, estabelecida pelo TTAC, e como subtítulo a marca construída nas oficinas, Centro de Memórias. Ana Carolina disse que também levaria esse ponto para uma discussão interna.</p>
<p>Encaminhamentos</p>	<p>E-5RE.1- Apresentar indicadores do PG 35. Responsável: Equipe do PG 35. Prazo: Antes da próxima Reunião Ordinária.</p>
<p>Encaminhamentos</p>	<p>E-5RE.2- Agendar reunião para retomada das discussões de itens pendentes da proposta de revisão do programa. Responsável: Coordenação CT e Equipe do PG 35. Prazo: Antes da próxima Reunião Ordinária.</p>

O coordenador interino João Paste agradeceu a presença de todos. A **5ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social** foi encerrada às dezoito horas e seis minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e um.